



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A ACOMPANHAR O PROCESSO DE MANUTENÇÃO DOS EMPREGOS DOS(AS) TRABALHADORES(AS) DAS EMPRESAS PÚBLICAS, AUTARQUIAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA ANUNCIADAS PARA SEREM PRIVATIZADAS OU EXTINTAS PELO GOVERNO FEDERAL

I- COMPOSIÇÃO

- Erika Kokay (Coordenadora)
- Daniel Almeida (Vice Coordenador)
- Leonardo Monteiro (Relator)
- Vicentinho

II- TERCEIRA REUNIÃO DO GT – 17/11/2021

O GT realizou sua terceira reunião via plataforma Zoom no dia 17/11/2021, às 16h. O **assessor parlamentar Francisco Neri** iniciou os trabalhos agradecendo a participação de todos(as), anunciando a pauta da presente reunião, qual seja, a construção de uma agenda do GT, considerando o curto prazo de que dispõe o coletivo até o encerramento da Sessão Legislativa de 2021. Neste sentido, informou que, para o ano que vem, os parlamentares precisarão apresentar um requerimento para renovação do GT para dar continuidade aos trabalhos; que a proposta do grupo é realizar audiência pública ainda neste ano na Comissão de Legislação Participativa (verificando data disponível), em conjunto com as Frentes Parlamentares Mistas em Defesa do Serviço Público; em Defesa da Soberania Nacional; em Defesa dos Correios; em Defesa do Setor Elétrico Brasileiro; e em Defesa da Petrobrás, para discutir os impactos das privatizações, a precarização dos direitos da classe trabalhadora e o fechamento de postos de trabalho. O requerimento foi apresentado pela deputada Erika Kokay (Coordenadora) e o **deputado Leonardo Monteiro (Relator)**, tendo sido aprovado na última terça-feira (16/11). Em seguida, informou que o GT solicitará reunião com o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Federal para tratar acerca do processo de privatização e a situação dos (as) empregados(a)/servidores(as). O objetivo é solicitar a tais órgãos que estabeleçam procedimentos junto às empresas públicas exigindo que as mesmas apresentem: (i) estudos de impactos socioeconômicos, trabalhistas e previdenciários que podem resultar do processo de privatização das mesmas; (ii) estabeleçam maior transparência à política de aproveitamento de pessoal (realocação, mapa de vagas existentes em órgãos conveniados que poderiam absorver os empregados mediante cessão); (iii) apresentem as medidas a serem adotadas para reconhecer e assegurar os direitos dos empregados cedidos para outros órgãos; e (iv) medidas que contemplem a saúde e segurança do trabalhador no processo de privatização. Posteriormente, o deputado Leonardo Monteiro fez uso da palavra, reiterando a importância de se debater o tema das privatizações nos mais diversos espaços da Câmara Federal. O parlamentar chamou atenção para a necessidade de se estabelecer amplo debate para apontar os malefícios advindos da entrega do patrimônio público para a iniciativa privada. Destacou a luta do seu mandato em defesa dos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Correios, notadamente a partir da atuação da Frente Parlamentar Mista dos Correios. Sobre a proposta de pauta da reunião, manifestou concordância com a mesma. Retomou a palavra Francisco Neri, anunciando e agradecendo a presença do **advogado Ângelo Remédio**, da Advocacia Garcez, que foi convidado para fazer uma breve contextualização sobre o processo de venda da Petrobras Biocombustíveis (PBIO), tendo em vista que o Ministério Público Federal (MPF) emitiu parecer para que a Petrobras suspenda o processo de privatização da PBIO até que a empresa apresente estudos de impactos socioeconômicos, trabalhistas e previdenciários sobre a eventual alienação da subsidiária, segundo informou a Federação Única dos Petroleiros (FUP) na terça-feira, 16/11. De acordo com o Angelo, um aspecto fundamental do parecer do procurador Edmundo Antônio Dias Netto Júnior é a constatação de que o governo tenta vender a PBIO sem fazer qualquer tipo de discussão. Por esse motivo, o procurador vê necessidade de convocação de audiências públicas sobre a venda da empresa. Ademais, destaca Angelo, a manifestação do MPF ressalta que a Petrobras está privando os empregados da empresa e a sociedade do direito à informação e de acompanhar "de maneira pormenorizada" o processo de alienação da mesma, ao pífio argumento de que não seria necessário fazer estudos sobre os impactos da alienação sobre os trabalhadores. O documento do *Parquet* atendeu ação civil pública ingressada pelos sindicatos de petroleiros de Minas Gerais, Bahia e Ceará/Piauí. Para o advogado Ângelo considera que a decisão é fundamental para pavimentar a luta dos trabalhadores da Pbio. Em relação ao GT, acredita que seja igualmente importante que o coletivo se reúna com o procurador em questão para sensibilizá-lo quanto às violações de direitos dos empregados das demais empresas ameaçadas pela privatização. Por fim, informou que o escritório de advocacia auxiliou os trabalhadores da PBIO na elaboração de projetos de lei. Em sequência, tomou a palavra a **deputada Erika Kokay**. Reiterou a proposta inicial de agenda do GT, informando ainda que, no tange à Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro – CEDAE, a Comissão de Trabalho aprovou requerimento solicitando o agendamento de audiência com o Ministro Luiz Fux, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), para tratar das irregularidades verificadas no bojo do processo de venda da CEDAE. Ato contínuo, disse que a comissão tentará realizar diligência ao Rio de Janeiro para acompanhar *in loco* a situação da CEDAE. Em continuidade, a deputada reiterou que o GT solicitará audiências com o MPF e o MPT para pedir o acompanhamento dos processos de privatização, notadamente dos casos relatados no âmbito do GT. Nesse sentido, solicitou que os membros do colegiado encaminhem um pequeno memorial contextualizando a situação dos trabalhadores de cada empresa e as principais violações de direitos a que estão sendo submetidos. Tais informações serão encaminhadas em anexo junto ao pedido de audiência com os referidos órgãos. Nada mais havendo a tratar, a coordenadora encerrou os trabalhos. Por fim, convidou a todos para acompanharem a audiência pública na CTASP sobre as irregularidades no processo de desestatização da Eletrobras, a realizar-se na quinta-feira, dia 18/11, às 09h. Participaram da presente reunião **Rachel Nunes**, empregada concursada da Petrobras Biocombustível; **Sânia Barcelos Reis**, da Ceasa Minas / Sindsep-MG; **Silvio Luís**, Presidente da Associação dos Colaboradores e Ex-colaboradores do Ceitec ACCEITEC. A próxima reunião será convocada oportunamente no grupo de comunicação dos membros do GT.